

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA  
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIAS,**

**CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 001/2021**

O **INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO - IGH**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o CNPJ 11.858.570/0001-33, através de seu representante legal que a esta subscreve, vem, respeitosamente, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** quanto ao teor do Edital do Chamamento Público nº 01/2021, que tem como objeto a seleção de organização social para celebração de Contrato de Gestão objetivando o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde, em regime de 24 horas/dia, no HOSPITAL ESTADUAL GERAL E MATERNIDADE DE URUAÇU (HEMU), pelos fatos e motivos que ora passa a expor.

De plano, saliente-se a necessidade imperiosa de **manifestação imediata dessa Comissão de Licitação, ao menos quanto ao teor do primeiro item do presente pedido de esclarecimento**. Isso porque o registro ora trazido à lume, se não esclarecido prontamente, poderá inviabilizar a adequada compreensão do edital do certame, vindo a prejudicar a participação desta e outras organizações no certame em tela, conforme se verá em seguida.

**1. DOS ESCLARECIMENTOS**

**1.1. DA AUSÊNCIA DE ANEXOS TÉCNICOS IMPRESCINDÍVEIS À  
COMPREENSÃO DO CONVOCATÓRIO.**

Da análise do Termo de Referência, observa-se que a Administração, por vezes, menciona a existência de “anexos técnicos”, a saber:

*JS*

**“3. PROPOSTA DE TRABALHO**

3.1. A PROPOSTA deverá ser materializada tendo como base as condições estabelecidas neste

Termo de Referência, observados os seguintes Anexos:

**ANEXO TÉCNICO I** - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DESCRITIVO DE SERVIÇOS,

INDICADORES E METAS DE PRODUÇÃO E DESEMPENHO (v. 000017888811);

**ANEXO TÉCNICO II** - ENSINO E PESQUISA (v. 000018193584);

**ANEXO TÉCNICO III** - GESTÃO DO TRABALHO E SERVIDORES CEDIDOS

(v. 000018373358);

**ANEXO TÉCNICO IV** - ESTIMATIVA DE CUSTEIO OPERACIONAL (v. 000018440638);

**ANEXO TÉCNICO V** - SISTEMA DE REPASSE (v. 000018536721).”

Ocorre que parte dos elementos supra relacionados não acompanhou o edital de licitação disponibilizado pela Administração, comprometendo o pleno entendimento, pelos interessados, das efetivas condições pretendidas na futura contratação.

Nesse sentido, **destaque-se a ausência, no convocatório, de elementos precisos referentes à relação de equipamentos da unidade, bem como dos servidores que serão cedidos para execução de atividades técnicas específicas junto à unidade de saúde vinculada à seleção.**

A atual indisponibilidade de informações técnicas compromete a plena compreensão do teor do edital e, por consequência, a elaboração de proposta de trabalho, posto que dizem respeito a elementos imprescindíveis ao dimensionamento da demanda. Considerando que o objeto da licitação compreende as ações de gestão de uma unidade de saúde de grande porte, é essencial o conhecimento de sua estrutura física, bem como da relação de servidores cedidos, a fim de que os interessados possam identificar as providências que deverá adotar para assunção da operação do Hospital.

Exatamente em virtude disso é que **o presente questionamento deve ser imediatamente dirimido**, tendo em vista o caráter ilegítimo e restritivo a ser materializado pela manutenção da restrição de informações ora apontada. Se não ajustada a situação relatada, é possível que se conduza até mesmo à nulidade do certame, tendo em vista que a ausência de informações mínimas necessárias à elaboração da proposta é medida que viola os normativos e princípios que orientam a licitação.

*Handwritten signature*



Nesse sentido, requer a pronta disponibilização dos anexos não relacionados ao edital, sobretudo aqueles que relacionam os equipamentos e servidores públicos cedidos para atuarem na execução das ações de operacionalização da unidade de saúde.

## **1.2. DA IMPRECISÃO DO ITEM 5.3 “C” DO EDITAL. REQUISITO DE HABILITAÇÃO.**

Analísado o edital veiculado pela Secretaria de Saúde, vê-se ainda que a Administração estabeleceu a seguinte exigência a título de habilitação dos interessados no certame:

“5.3. ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: deverá conter, em original ou cópia (observando-se o artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 13.726/18), os seguintes documentos, obedecida a seguinte ordem:

(...)

c) Relação nominal de **todos os dirigentes** da Organização Social, devidamente acompanhada de cópia autenticada do CPF, RG e comprovante de endereço dos mesmos”. (grifo posto).

O convocatório, no entanto, não especifica quem seriam os dirigentes relacionados, se somente os membros dos órgãos de gestão executiva da organização interessada, ou se seriam estes além dos integrantes dos Conselhos Fiscal e Administrativo.

Considerando as históricas controvérsias conceituais em relação ao termo, necessário que essa Comissão se manifeste quanto aos critérios por ela adotados para fixação do requisito de habilitação, a fim de permitir que as organizações interessadas cumpram o teor do convocatório de modo pleno.

Pontue-se que, em razão da importância do assunto, o tema foi proposto para discussão no âmbito da 1ª Jornada de Direito Administrativo do Conselho de Justiça Federal, tendo sido aprovado e publicado o Enunciado 5:

“Enunciado 5

O conceito de dirigentes de organização da sociedade civil estabelecido no artigo 2º, inciso IV, da Lei Federal n. 13.019/2014 contempla profissionais com a atuação efetiva na gestão executiva da entidade, por



meio do exercício de funções de administração, gestão, controle e representação da pessoa jurídica, e, por isso, não se estende aos membros de órgãos colegiados não executivos, independentemente da nomenclatura adotada pelo estatuto social.”.

Conforme o recorte, restaria fixado que os dirigentes de organização da sociedade civil seriam aqueles profissionais com atuação efetiva na gestão executiva da entidade, não abarcando profissionais que exerçam funções meramente fiscalizadoras ou consultivas, independentemente da nomenclatura adotada pelo estatuto social.

Nesse sentido, questiona-se: a exigência de apresentação de RG, CPF e comprovante de residência autenticados dos dirigentes da organização licitante deve considerar somente os profissionais com atuação efetiva na gestão executiva da entidade, ou deverão ser apresentados os documentos pessoais de todos os membros dos conselhos consultivos?

### **1.3. DA NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTO DO TEOR DO ITEM 10.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Da leitura do termo de referência que integra o edital da licitação, especificamente quanto ao seu item “10.5. Estrutura e experiência da Diretoria”, observa-se a necessidade de maiores esclarecimentos acerca do que pretende exigir a Administração Estadual. Para melhor compreensão, registre-se o que estabelece o instrumento convocatório:

“10.5. Estrutura e experiência da Diretoria:

**Apresentação de organograma** com definição das competências de cada membro do corpo diretivo.

Apresentação da Titulação de especialistas em administração/gestão hospitalar dos membros da diretoria e coordenações.

**Descrição do organograma do Hospital até o terceiro nível:** Diretor Geral, Diretor Técnico (Médico), Diretor Administrativo e Financeiro, Gerente Operacional de Enfermagem e Chefias de Unidade/Serviços/Clínicas.

**O ente interessado deverá apresentar currículos com documentos comprobatórios das experiências citadas e atestado fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público ou Privado, registrado no**

*sb*



Conselho de Classe competente da jurisdição do serviço a ser prestado, dos postos correspondentes aos dois primeiros níveis.”.

De acordo com os grifos postos no trecho supra, vê-se o requerimento de que a organização social apresente organogramas sem, no entanto, serem precisamente especificadas as informações a constar em tais documentos. **Quanto ao primeiro item, questiona-se: está correto o entendimento de que o organograma com definição das competências de cada membro do corpo diretivo exigido no edital diz respeito à equipe gestora da organização social interessada?**

Já quanto ao terceiro item, imprescindível que essa Secretaria melhor especifique a extensão da exigência de apresentação de organograma do hospital até terceiro nível. Registre-se que no item 3 da “matriz de avaliação para julgamento e classificação das propostas de trabalho” consta a específica exigência de “apresentação de quadro de pessoal médico por área de atenção compatível com as atividades propostas no plano de trabalho”.

**Neste caso, questiona-se: as organizações sociais interessadas deverão elaborar cronograma da unidade licitada, com prévia indicação dos profissionais que irão assumir as atividades de Diretor Geral, Diretor Técnico (Médico), Diretor Administrativo e Financeiro, Gerente Operacional de Enfermagem e Chefias de Unidade/Serviços/Clínicas? Ou basta que a organização especifique as atividades e categorias profissionais que assumirão cada função?**

Ainda quanto ao item 10.5 do Termo de Referência, seu trecho final requer a apresentação de “atestado fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público ou Privado, registrado no Conselho de Classe competente da jurisdição do serviço a ser prestado”.

*In casu*, a celeuma reside no fato de que os Conselhos Regionais de Medicina há muito deixaram de registrar atestados de capacidade técnica emitidos em favor de pessoas físicas e/ou jurídicas neles inscritas. De igual modo, outros Conselhos seguiram o mesmo entendimento, ficando as organizações impossibilitada de obter os citados registros.

Mencione-se, ainda, que a atividade de gestão hospitalar não é privativamente vinculada a uma categoria profissional, comprometendo a obtenção de registro junto a um Conselho específico, visto que mesmo as autarquias que mantêm a



realização de tal procedimento, a exemplo dos CRA's, se limitam a registrar os documentos emitidos em favor de pessoas físicas e/ou jurídicas a eles vinculadas. No caso concreto, portanto, tem-se a situação em que um profissional médico detém atestado de capacidade técnica que comprova sua regular experiência, documento este que não poderá ser registrado junto ao CRM, por impossibilidade técnica, nem mesmo junto ao CRA, pela impertinência de sua atividade profissional com as competências daquele Conselho.

**Nesse sentido, questiona-se: qual é o conselho profissional competente a que se refere o edital?**

## **2. CONCLUSÃO**

*Diante do exposto*, submetemos o presente requerimento ao crivo dessa Secretaria, com o pleito de que sejam esclarecidas as questões supra formuladas com a brevidade que o caso requer, considerando o acolhimento de propostas previsto para ocorrer no próximo dia 14/06/2021.

Salvador, 18 de maio de 2021.

  
CARLA BAIÃO DULTRA

**Coordenadora de Licitação**